

PROJETO DE LEI Nº....., DE 2004.

(Do Senhor Alberto Fraga)

Acrescenta o § 5º ao artigo 262 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código Brasileiro de Trânsito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o § 5º do artigo 270 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código Brasileiro de Trânsito.

Art. 2º O art. 262 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art.262.

.....
.....

§ 5º. do recibo da apreensão do veículo constar-se-ão todos os detalhes do veículo, como seu estado de conservação e os equipamentos obrigatórios e acessórios instalados, apondo-se assinatura de uma testemunha” (AC).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este projeto de lei busca amparar responsabilidades, seja do servidor público que, injustamente, vê-se acusado de danos ao veículo apreendido, como do particular, que pode ter seu patrimônio lesado pela má conservação ou eventual crime de furto em pátios sem vigilância ou entregues à administração de empresas privadas.

Ainda que tal providência seja realizada por alguns órgãos, ela deve constar do corpo da lei, justamente para dar maior segurança aos envolvidos, seja o particular seja o agente público, e, também, permitir uniformização nacional.

Por ser medida justa e necessária para melhorar a relação entre a Administração e administrados é que solicito aos colegas parlamentares o apoio à presente proposta.

**DEPUTADO FEDERAL ALBERTO FRAGA
(PTB – DF)**